



Número: **0002682-38.2016.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **24/01/2017**

Valor da causa: **R\$ 6.750,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE GILVANDERSON DE SOUZA SILVA (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
19755 403	13/03/2019 13:38	[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial
23038 616	27/07/2019 11:39	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
29052 906	12/03/2020 15:52	Expediente	Expediente
30765 036	18/05/2020 20:44	Petição	Petição
30765 046	18/05/2020 20:44	Peticao juntada Custas Processuais	Outros Documentos
30765 048	18/05/2020 20:44	Custas Processuais Quitadas	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
33066 928	11/08/2020 09:43	Despacho	Despacho



TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
PICUI- ESTADO DA PARAÍBA-PB



Recebido hoje, sob protocolo
23 / 11 / 2016

JOSÉ GILVANDERSON DE SOUZA SILVA, brasileiro, solteiro, estudante, portador da Carteira de Identidade nº. 4.231.266 SSDS/PB e do CPF nº. 124.359.144-74, residente e domiciliado na rua Silvino Oliveira de Souza, 249, Pedro Salustino, Picuí-PB, vem por meio de seu procurador, Advogado "in fine" assinado, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, 75, Centro, Picuí – PB onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT c/c REPARAÇÃO DE DANOS

em face da **Seguradora Lider -DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado endereço localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro de Rio de Janeiro, CEP: 20.31-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, a promovente é pobre na forma da lei, sendo,

1

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picui-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como **"direito e garantia fundamental"** do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

DOS FATOS

Cumpre ressaltar inicialmente que no dia 07/09/2014, por volta das 11:30, o requerente foi vítima de acidente de trânsito, quando se deslocava, em uma motocicleta HONDA CG 125 Titan, e colidiu com um automóvel. Após o ocorrido, o autor foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital Regional de Picuí-PB. Que devido ao acidente, o suplicante sofreu fraturas no pé esquerdo.

Ressalta-se que, segundo o Boletim de Ocorrência nº. 064/2014 expedido pela Delegacia de Polícia Civil de Picuí-PB, o comunicante, no momento do acidente, estava como passageiro em uma motocicleta HONDA/CG 125 TITAN, placa KJA-3042-PE, chassi nº 9C2JC250WWR101470, ano/modelo 1998, renavam 692507655, cor verde.

Também informa a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, o requerente foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital Regional de Picuí-PB. Que devido ao acidente, o suplicante sofreu fraturas no pé esquerdo.

É tanto que o autor requereu, em 10/03/2016, na esfera administrativa, o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvt junto a uma seguradora consorciada da requerida (Aruana Seguradora S.A.), sob sinistro nº. 3160190045, tendo tal procedimento extrajudicial se exaurido tendo em vista que o autor não apresentou a declaração do proprietário do veículo e o comprovante de residência não está conforme apresentado pelo autor, razão pela qual só restou ao mesmo recorrer ao judiciário para ter seu direito a receber tal indenização, conforme se infere no documento em anexo.

Logo, nos leva a concluir que pelos danos causados a vítima, esse nobre juízo deve reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento de 50%





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

(cinquenta por cento) do valor integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II, o qual é no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;

e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é renunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0,5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)

6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovisionamento da apelação. Manutenção da sentença. Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

06/02

responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução. (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito do autor em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro do requerente ter acontecido no ano de 2014, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta,

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

ANEXO
(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

08/03/19

Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas no pé esquerdo** 50% (cinquenta por cento), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)**, referente a sua perda funcional.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pela autora.

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Civ. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)"

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ;

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexa causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação. (TJ-PB; AC 083.2006.001412-

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inasfastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do exaurimento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastante a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)

Logo, está satisfeito a promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

18/3

III - DOS PEDIDOS

ANTE AO EXPOSTO, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente sofrida pelo promovente **no pé esquerdo**. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 246, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, juros moratórios a partir da data da citação e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, visto que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme enuncia o §1º do art. 11 da Lei 1060/50.

g. Seja o autor submetido a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da parte vencida ao final da ação.

Protesta ainda provar a promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.





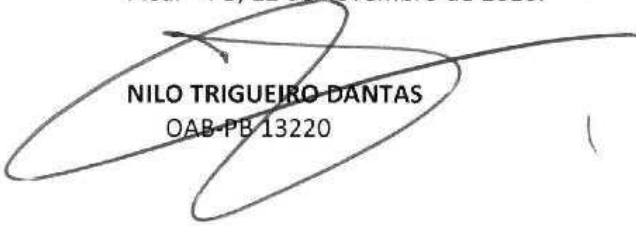
TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Dá-se à causa o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Nesses Termos,
pede deferimento.

Picuí – PB, 22 de novembro de 2016.


NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13220





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

14/12

Anexo 01

QUESITOS

- 1) *Se existe nexo causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*
- 2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*
- 3) *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*
- 4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*
- 5) *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: "75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais".*





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 02

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



SINISTRO 3160190045 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE GILVANDERSON DE SOUZA SILVA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO ARUANA

SEGUROS S/A

BENEFICIÁRIO JOSE GILVANDERSON DE SOUZA SILVA

CPF/CNPJ: 12435914474

Posição em 22-11-2016 12:09:39

A documentação abaixo encontra-se pendente, devendo ser entregue no mesmo local em que a documentação inicial foi entregue.

Descrição	Tipo	Status	Nome
Declaração do Proprietário do Veículo	Vítima	Pendente	
Comprovante de residência	Beneficiário	Não Conforme	JOSE GILVANDERSON DE SOUZA SILVA





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOGACIA

54/0

PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O (a) Outorgante José Gilvanderison de Souza Silva
brasileiro (a), solteiro, estudante, portador(a) do RG nº.
4.231.266 expedido por SSP/PB em 10/03/2014 e do CPF nº.
124.359.144-74 residente na(o) Rua Silvino Oliveira de Souza - 249
Picuí - PB, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e
constitui seu bastante procuradores e advogados os Bels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS – OAB/PB**
13.220 e **DIJANIellyeson MONTEIRO NOBREGA – OAB/PB 17068**, brasileiro, solteiro, advogado,
com endereço profissional na Klick Consultoria, Assessoria e Serviços LTDA, localizada na Avenida
Getúlio Vargas, nº 75, Centro, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o
foro em geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo
confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras e
últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou concordar
com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartições
públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem como substabelecer
com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 23 de Novembro de 2016.

X José Gilvanderison de Souza Silva
Outorgante

Av. Getúlio Vargas, 75, Centro
Picuí - PB
CEP. 58.187.000
E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com.br
nilotdantas@hotmail.com
(83) 3371 2274 / 9912 5490 / 9104 9190



REGISTRO
GERAL 4.231.266
MOM
JOSÉ GILVANDERSON DE SOUSA SILVA
PLAÇA GILVAN DOS SANTOS SILVA
NORDELLITA FERREIRA DE SOUSA
NATURALIDADE
PICIUI-PB
DOC ORIGINAL
NASC. N. 17563 ELS. 249 LIV. A. 18
CPF: CARTEIRO PICIUI PB
124.359.144-74
Módulo Personal PB

DATA DE NASCIMENTO
23/12/1996

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
DATA DE EMISSÃO 10/03/2014

LEIA Nº 7.118 DE 2003

MINISTERIO DA SAUDE
Recencia Federal
Cadastro de Pessoas Fisicas

COMPROVANTE DE INSCRICAO

Número
124.359.144-74

Nome
JOSE GILVANDERSON DE SOUZA SILVA

Nascimento
23/12/1966

VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICACAO

CÓDIGO DE CONTROLE
D5DF.DF50.9948.D7DB

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 18:56:33 do dia 03/01/2014 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00



DOCUMENTO PARA PAGAMENTO



Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Bolero para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica - Nº 000.558.220

ENERGISA PARAÍSA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 08.095.183 / 0001-40 Insc.Est. 15.815.823-0

DADOS DO CLIENTE

NORMELITA PEREIRA DE SOUZA SILVA
RUA SILVINO OLIVEIRA DE SOUZA 249
PICUI

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/501833-8

REFERÊNCIA

JUL/2016

APRESENTAÇÃO

15/07/2016

CONSUMO

185

VENCIMENTO

22/07/2016

TOTAL A PAGAR

R\$ 97,48

Acesse: www.energisa.com.br



DESTAQUE AQUI

NORMELITA PEREIRA DE SOUZA SILVA
Roteiro: 08-080-518-2070
CONTAPAGA - Data de Pagamento: 18/07/2016

VENCIMENTO

22/07/2016

TOTAL A PAGAR

R\$ 97,48

MATRÍCULA

501833-2016-07-7

JOSÉ GILVANDERSON DE SOUZA SILVA



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 13/03/2019 13:36:54

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19031313380400000000019221407>

Número do documento: 19031313380400000000019221407

20/03

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, José Gilvanderison de Souza Silva,
RG nº 4.233.266, data de expedição 10/03/2014, Órgão
SSP/PB, CPF nº 124.353.144-44, venho perante a este
instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em
meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo
descrito:

Logradouro (Rua/Avenida/Prça)	<u>Rua Gilvino Alvimira de Souza</u>
Número	<u>249</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>Padro Salustino</u>
Cidade	<u>Picuí</u>
Estado	<u>PB</u>
CEP	<u>58.187-000</u>
Telefone de Contato	<u>83) 3371-2274/ 9912-5490/ 9104-9190/ 8852-4690</u>
E-mail	<u>nilotdantas@hotmail.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Picuí - PB, 28 de Fevereiro de 2016

Assinatura do Declarante: José Gilvanderison de Souza Silva



23/10

DECLARAÇÃO
(Lei 7.115)

Eu, Jose Silveirson de Souza Silva
brasileiro(a), Solteiro, estudante, portador do
RG nº 4.231.266 expedido por SS/DI/PB e do CPF nº
124.359.144-74, residente na(o)
Rua Eriberto Oliveira de Souza, município
de Picum - PB, DECLARO, nos precisos termos do art. 1º da lei nº 7.115
de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de custas
processuais, QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI, cuja situação econômica não me
permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picum - PB, 23 de Novembro de 2016.

X Jose G. Silveirson de Souza Silva
DECLARANTE

(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, hominímia ou bons antecedentes, quando
firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação
aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 75º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackal/Hélia Beltrão



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

22/10

Eu, José Gilvanderben de Souza Silva, portador da carteira de identidade nº 4.231.266 e inscrito no CPF/MF sob o nº 124.359.144-74, residente e domiciliado na Rua Silvério Oliveira de Souza, Cidade Ticuí, Estado PB, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

José Gilvanderben de Souza Silva

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Ticuí - PB, 28 de Fevereiro de 2016

Local e data





C E R T I D ã O

Nº.Cont.: 064/2014

CERTIFICO, em razão do meu Ofício e a Requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências N.º 02/2014, nele encontrei as folhas de N.º 064, o Registro n.º 064/2014, cujo teor agora passo a transcrever na Íntegra: Aos 14 dias do mês de **Outubro** do ano de 2014, Nesta cidade de **Picuí**, Estado da Paraíba e na **Delegacia de Polícia Civil**, presente a Autoridade Policial o (a) **Bel(ª). Dianni Regina de Barros Silva**, Delegado de Polícia Civil, comigo, Escrivã(o) de Polícia de seu cargo no final assinado e declarado, Ai, volta das 17h.20min. compareceu: **GILVAN DOS SANTOS SILVA**, brasileiro, casado, pedreiro, natural de Picuí/PB, nascido aos 23/02/1969, filho(a) de Francisca dos Santos Silva, residente na rua Silvino Oliveira de Souza, nº 249, Bairro Pedro Salustino, Picuí /PB, RG nº 1551685-SSP-PB e CPF nº 091.235.224-88; **CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO: QUE** no dia 7 de Setembro de 2014, por volta das 12:h. e 10 min., encontrava-se em sua residência no Bairro Pedro Salustino, Picuí/PB, quando recebeu uma ligação do hospital Regional de Picuí informando que seu filho havia sofrido um acidente de moto; Que seu filho havia saído de moto pela manhã e por volta das 11:h. 30:m. ia conduzindo uma moto e ao chegar nas proximidades do Bairro Limeira um carro colidiu com a moto que seu filho **JOSÉ GILVANDERSON DE SOUZA SILVA**, RG Nº 4.231.266-ssp-pb, CPF nº 124.359.144-74, ia conduzindo uma moto de marca Honda CG 125 Titan, placa KJA-3042-PE, chassi nº 9C2JC250WWR101470, ano/modelo 1998, cor VERDE, licenciado em nome de Damião Borges de Oliveira; Que devido a colisão seu filho foi encaminhado pelo SAMU para o Hospital Regional de Picuí e em virtude do acidente automobilístico seu filho quebrou três dedos do pé esquerdo, conforme laudos apresentados na delegacia de policia civil local; Era o que tinha a registrar. O referido é Verdade e Dou fé.

Picuí/PB, 14 de Outubro de 2014.

Gilvan dos Santos Silva
COMUNICANTE:

Juanice Aparecida Dantas de Azevedo
JUANICE APARECIDA DANTAS DE AZEVEDO

TESTEMUNHA 1 CPF nº 088.789.074-13, Residente na rua José Tomas de Medeiros, nº 90, Bairro Pedro Salustino, Picuí/PB

Edinaldo Angelo da Silva
EDINALDO ANGELO DA SILVA

TESTEMUNHA 2 CPF nº 285.104.488-50, Residente na rua Nilson da Cunha Macedo, nº S/nº, Bairro Monte Santo, Picuí/PB.

ESTADO DA PARAÍBA
Delegacia Regional de Polícia Civil - Picuí - PB
Carlos M. Santos
Escrivão

Delegacia Regional de Polícia Civil - Picuí - PB
Rua Cel. Manoel Lucas, nº 02, Bairro Centro, CEP: 58.187-000 - Picuí - PB - Fone: (83) 3371-2324





Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 13/03/2019 13:36:54

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1903131338040000000019221407>

Número do documento: 1903131338040000000019221407

Num. 19755403 - Pág. 23

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL		MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	
DETTRAN - PE CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
Nº 4049780142		Nº 4049780142	
VIA		COB/RENAVAM	
1		692507655	
NOME/ENDEREÇO		R 104-A N25-A	
DAMIAO BORGES DE OLIVEIRA		CS-MARANGUAPE 1 53400-000	
PAULISTA-PE		PAULISTA-PE	
PLACA		KJA3042	
908.982.734-12		908.982.734-12	
CHASSI		9C2JC250WMR101470	
28/12/99		28/12/99	
CATEGORIA		PARTIC	
VERDE		VERDE	
COTA ÚNICA		COTA ÚNICA	
1		1	
IPVA 1999		QUITADO	
PARCELAMENTO/COTAS		PARCELAMENTO/COTAS	
V		V	
A		A	
PREMIO LIQUIDAR		PREMIO LIQUIDAR	
SEGURO PAGO		SEGURO PAGO	
SEN RESERVA		SEN RESERVA	
TOTAL (R\$)		TOTAL (R\$)	
20/04/99		20/04/99	

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL		MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	
DETTRAN - PE BILHETE DE SEGURO DPVAT			
Nº 4049780142		Nº 4049780142	
VIA		COB/RENAVAM	
1		692507655	
NOME/ENDEREÇO		R 104-A N25-A	
DAMIAO BORGES DE OLIVEIRA		CS-MARANGUAPE 1 53400-000	
PAULISTA-PE		PAULISTA-PE	
PLACA		KJA3042	
908.982.734-12		908.982.734-12	
CHASSI		9C2JC250WMR101470	
28/12/99		28/12/99	
CATEGORIA		PARTIC	
VERDE		VERDE	
COTA ÚNICA		COTA ÚNICA	
1		1	
IPVA 1999		QUITADO	
PARCELAMENTO/COTAS		PARCELAMENTO/COTAS	
V		V	
A		A	
PREMIO LIQUIDAR		PREMIO LIQUIDAR	
SEGURO PAGO		SEGURO PAGO	
SEN RESERVA		SEN RESERVA	
TOTAL (R\$)		TOTAL (R\$)	
20/04/99		20/04/99	

23/03

DECLARAÇÃO DO CONDUTOR/PASSAGEIRO DE VEICULO

Eu, JOSE GILVANDERSON DE SOUSA SILVA, RG: 4.231.266, CPF: 124-359-144-74, residente e domiciliado na RUA SILVINO OLIVEIRA DE SOUSA, Cidade de PICUI, no Estado do PB

venho por meio deste, informar que sofri um acidente de motocicleta de propriedade de terceiro, que deixa de repassar a declaração do proprietário do veículo informar tendo em vista que o mesmo esta em local incerto, razão pela qual junta referida declaração que firmo, declaro ainda os dados de veículo conduzido por mim.

Nome do proprietário: DAMIÃO BORGES DE OLIVEIRA

Ano: 1998

Placa: KJA-3042-PE

Chassi: 9C2E2S0WWR301470

Data do acidente: 07/09/2014

Diante do exposto, com a carência de provas documentais por parte dos órgãos governamentais acima não poderá implicar no não recebimento da indenização do Seguro DPVAT.

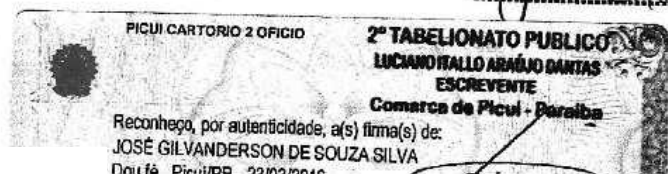
Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299 do Código Penal.

Local/Data Picui - PB, 23 de MARÇO de 2016



JOSE GILVANDERSON DE SOUSA SILVA

Assinatura



Reconheço, por autenticidade, a(s) firma(s) de:
JOSE GILVANDERSON DE SOUSA SILVA
Data: 22/03/2016





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUI
C.N.P.J. 08.741.399/0001-73
Home Page: <http://picui.famup.com.br>
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 08.619.650/0001-21
BASE DESCENTRALIZADA SAMU 192

26/9

Picuí/PB, 09 de Setembro de 2014.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito, que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 Picuí/PB, realizou atendimento pré-hospitalar do paciente **JOSÉ GILVANDERSON DE SOUZA SILVA**, 17 anos, portador do RG 4.231.266, vítima de colisão moto/carro, ocorrido no dia 07 de Setembro de 2014, na rua: Juventino Henrique, Bairro: Limeira, Picuí/PB. Paciente encontrava-se consciente, orientado, apresentando corte contuso na região interdigital do pé esquerdo. Encaminhado ao Hospital Regional de Picuí/PB.

Gigliana da Silva Dantas
Coordenadora do SAMU
COREN/PB 246.096

Gigliana

GIGLIANA DA SILVA DANTAS
Coordenadora SAMU PICUI/PB

Rua: Galdini Pinheiro, 26 - Bairro Centro / CEP: 58 187 - 000 - Picuí - PB
Fone/fax: (83) 3371-2620/ 3371-2350 – e- mail: pmpicui.sat.splena@uol.com.br





Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 13/03/2019 13:36:54

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19031313380400000000019221407>

Número do documento: 19031313380400000000019221407

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CÓDIGO DA UNIDADE: 2757710 NOME: HOSPITAL REGIONAL DE PICUI CGC/CPF: -J.778.268.0001/60

END.: RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SA MUNICÍPIO: PICUI ESTADO: PARAIBA UF: 25

Nome: JOSE GILVANDERSON DE SOUZA SILVA Rça/Cor: PARDA

DI. Nasc: 23/12/1996 Idade: 17 ano(s) meses(es) de Idade dia(s) de Idade Sexo: M

Mãe: NORMELITA PEREIRA DE SOUSA

Profissão: AGRICULTOR

Endereço: RUA SILVINO DE OLIVEIRA SOUZA

Bairro: CENTRO

Município/CEP/IBGE: PICUI/PA - 58187000 - 251140

Telefone para contato: (83) 9924-1524

Data e Hora: 07/09/2014 12:24:08

PESO: SSVV 190466

PA: TEMP: ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

Documento: 4231266

Nº: 249

CADASTRO: 190466

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)

RESULTADOS

EXPECIONISTA: HRP

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS			
1.			
2.			
3.			
4.			
CARÁTER DO ATENDIMENTO			
<input type="checkbox"/> 01 - ELETIVO			
<input type="checkbox"/> 02 - URGÊNCIA			
<input type="checkbox"/> 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA			
<input type="checkbox"/> 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO			
<input type="checkbox"/> 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS			
PROCEDIMENTO - descrição:			
DIAGNÓSTICO:			
CID-10:			
ENCAMINHAMENTO:			
<input type="checkbox"/> 1. PRESCRITA	<input type="checkbox"/> OBSERVAÇÃO	<input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA	<input type="checkbox"/> INTERNAÇÃO
<input type="checkbox"/> 2. APLICADA	<input type="checkbox"/> OUTRO HOSPITAL	<input type="checkbox"/> ÓBITO	<input type="checkbox"/> OUTROS
SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:			
1.			
2.			
3.			
ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S): CARIMBO(S)			
ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL		CBO	CRM
ASS. DO REVISOR TÉCNICO		CARIMBO	CARIMBO
ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO		CARIMBO	CARIMBO

24/09



Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da
Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI

2 - CNES

2757710

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

3 - NOME DO PACIENTE

5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

6 - DATA DE NASCIMENTO

7 - SEXO

4 - Nº DO PRONTUÁRIO

9 - NOME DA MÃE

10 - TELEFONE DE CONTATO

11 - NOME DO RESPONSÁVEL

12 - TELEFONE DE CONTATO

13 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

15 - Cód. ECE MUNICÍPIO

16 - UF

17 - CEP

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

18 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

19 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

20 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

21 - DIAGNÓSTICO INICIAL

22 - CID 10 PRINCIPAL

23 - CID 10 SECUNDÁRIO

24 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

25 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

26 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

27 - CLÍNICA

28 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

29 - DOCUMENTO

30 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE)

31 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

32 - DATA DA SOLICITAÇÃO

33 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DE REGISTRO DO CONSELHO)

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

34 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

37 - CNPJ DA SEGURADORA

38 - Nº DO BILHETE

39 - SÉRIE

35 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

40 - CNPJ DA EMPRESA

41 - CNAE DA EMPRESA

42 - CBO

36 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

43 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO

() EMPREGADOR

() AUTÔNOMO

() DESSEMPREGADO

() APOSENTADO

() NÃO SEGURO

AUTORIZAÇÃO

44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

45 - Cód. ECE DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

46 - DOCUMENTO

47 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR)

48 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

49 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

50 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Hospital Regional de Picuí

Atesto conforme o original.


Picuí, 08/09/2014.

Arquivo Médico - Lima de Melo

Administrativo



89/2

 Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE			
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL REGIONAL DE PICUI		2 - CNES 275	
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE			
3 - NOME DO PACIENTE <i>Jose R. Anderson de Souza Silva</i>		4 - Nº DO PRONTUÁRIO 7181	
5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) <i>1604608255020000</i>	6 - DATA DE NASCIMENTO <i>23/12/196</i>	7 - SEXO Masc. <input checked="" type="checkbox"/> 1 Fem. <input type="checkbox"/> 3	8 - RACIA/COR <i>Parda</i>
9 - NOME DA MÃE <i>Wolanchka Pereira de Souza</i>		10 - TELEFONE DE CONTATO DDD () Nº DO TEL.	
11 - NOME DO RESPONSÁVEL <i>Wolanchka Pereira de Souza</i>		12 - TELEFONE DE CONTATO DDD () Nº DO TEL.	
13 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) <i>Rua Juliana de Oliveira Souza</i>			
14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA <i>Picui</i>	15 - COD. IBGE MUNICÍPIO <i>251140</i>	16 - UF <i>RS</i>	17 - CEP <i>95087-000</i>
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
18 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <i>Depressão Ansiedade</i>			
19 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <i>Depressão Ansiedade</i>			
20 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) <i>Normal</i>			
21 - DIAGNÓSTICO INICIAL <i>Depressão</i>	22 - CID 10 PRINCIPAL <i>F30.0</i>	23 - CID 10 SECUNDÁRIO	24 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
PROCEDIMENTO SOLICITADO			
25 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO INTERNAÇÃO		26 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	
27 - CLÍNICA	28 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO	29 - DOCUMENTO <input type="checkbox"/> CNES <input type="checkbox"/> CPF	30 - Nº DO DOCUMENTO (CNES/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE
31 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE		32 - DATA DA SOLICITAÇÃO	33 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DE REGISTRO DO CONSELHO)
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
34 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO	37 - CNPJ DA SEGURADORA	38 - Nº DO BILHETE	39 - SÉRIE
35 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO	40 - CNPJ DA EMPRESA	41 - CNPJ DA EMPRESA	42 - CBO
36 - () ACIDENTE TRABALHO ATÍPICO			
43 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA <input type="checkbox"/> EMPREGADO <input type="checkbox"/> EMPREGADOR <input type="checkbox"/> AUTÔNOMO <input type="checkbox"/> DESPREVIDO <input type="checkbox"/> APOSENTADO <input type="checkbox"/> NÃO SELECIONADO			
AUTORIZAÇÃO			
44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		45 - Nº DO CBO DO PROFISSIONAL	
46 - DOCUMENTO <input type="checkbox"/> CNES <input type="checkbox"/> CPF	47 - Nº DO DOCUMENTO (CNES/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		
48 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)		49 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	

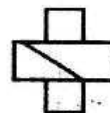
Hospital Regional de Picui
 Atesto conforme o original.
 Picui, 08/09/2014
 Arquivo Médico *Alana Lima de Melo*
 Administrativo





GOVERNO
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Pícuí "Felipe Tiago Gomes"



SUS

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

30/02

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

NOME: José B. L. Anderson de Sousa Silva IDADE: 17
SERVIÇO: Internista ENF.: 207 LEITO: 01

DATA	HORA	EVOLUÇÃO	ASSINATURA
09/14	14:40h	Exame admissional neste setor, chegada de mãe, do setor de amamentação, para fazer o exame do antepulso e a leitura do exame de fômites, após o exame a medicação foi dada, segue as condutas da enfermagem. PA → 140 x 58 mmHg.	Maria da Guia C. Azevedo Téc. de Enfermagem COREN-619.872
	14:40h	Exame admissional neste setor, chegada de mãe, do setor de amamentação, para fazer o exame do antepulso e a leitura do exame de fômites, após o exame a medicação foi dada, segue as condutas da enfermagem. PA → 130 x 58 mmHg.	Maria da Guia C. Azevedo Téc. de Enfermagem COREN-619.872
09/14	5:00h	Exame admissional neste setor, chegada de mãe, do setor de amamentação, para fazer o exame do antepulso e a leitura do exame de fômites, após o exame a medicação foi dada, segue as condutas da enfermagem. PA → 140 x 58 mmHg. Após observação do antepulso e a leitura do exame de fômites.	Maria da Guia C. Azevedo Téc. de Enfermagem COREN-619.872 Francisca Silva N. Cabral Téc. de Enfermagem



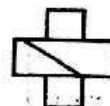
Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 13/03/2019 13:36:54

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19031313380400000000019221407

Número do documento: 19031313380400000000019221407



Hospital Regional de Pícuí "Felipe Trigo Gómez"

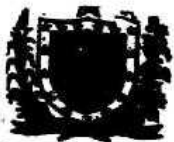
**SUS**

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

NOME: João A. Andersson vt Souza Silva IDADE: 17
SERVIÇO: _____ ENF.: _____ LEITO: _____

[illegible]



GOVERNO
DA PARÁIBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
Hospital Regional de Picuí Felipe Tiago

38/0

TERMOS DE RESPONSABILIDADE

O abaixo assinado Iranilda Dantas de Souza Filho
Pessoa responsável pelo doente Iranilda Dantas de Souza
Dá plena autorização aos médicos do Hospital Regional de Picuí que o
Assistirem, para fazerem as investigações julgadas necessárias ao diagnóstico e para a execução do
tratamento, comprometendo-se a respeitar todas as disposições gerais contidas nos regulamentos do
estabelecimento.

Em, 07 de Setembro de 2019

Iranilda Dantas de Souza
Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas:

O abaixo assinado
Pessoa responsável pelo doente
Reconhece que o mesmo deixou o Hospital contra o parecer dos médicos deste estabelecimento, assumindo
inteira responsabilidade por sua decisão.

Em, de de

Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas:

O abaixo assinado
Pessoa responsável pelo doente
Certifica que o mesmo teve alta do Hospital por ter infringido o regulamento deste estabelecimento.

Em, de de

Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas:

O abaixo assinado
Pessoa responsável pelo doente
Reconhece que o mesmo está em condições de acordo e declara pelo presente que nenhum médico ou
qualquer outro membro do Hospital contribuiu intencionalmente para a indução da alta médica hospitalar.

Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas:



3/2



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

HOSPITAL REGIONAL DE PÍCUI
Rua Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo
CEP: 58.187-000 - Tel: (83) 3371-2884/2990
Pícuí - PB - CNPJ: 08.778.208/0001-00

Nº AIH _____
Nº de Ordem _____
Nº de Reg. 71.181
Nº de Docum. 42.91266

FICHA DE CADASTRO DE PACIENTE

Nome: <u>José Gilmarilson de Souza Silva</u>			
Data do Nasc.	<u>23/12/96</u>	Sexo:	Masc. <input type="checkbox"/> Femin. <input type="checkbox"/>
Idade:	<u>17</u>	Fone:	
Endereço: <u>R. Zilvino 1º Lt. Zilviana Souza</u>			
Bairro:	<u>centro</u>	Cidade:	<u>Pícuí</u>
Profissão: <u>Agricultor</u>			
Entrada:	<u>07/09/13</u>	Alta:	<u>/ /</u>
		Óbito:	<u>/ /</u>
Estado Civil: Casado <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/>			
Pai: _____			
Mãe: <u>Wasmelita Pereira de Souza</u>			
Responsável: <u>Wasmelita Pereira de Souza</u>			
Médico Assistente: _____			
Diag. Definitivo: _____			
Tratamento: _____			





GOVERNO DA PARAÍBA

Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE PICUÍ - FELIPE TIAGO GOMES
CCIH - COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

CONTROLE DE ANTIBIÓTICOS CADASTRO DO PACIENTE INTERNO

Nº do Registro: 41.181 Nome do Paciente: João R. P. da Silva
Data de Nascimento: 3/11/91 Sexo: M () F () Nº do Cartão do SUS: 1604603 1504000
Data da internação: 01/09/14 Origem do Paciente: Instituição de Saúde () Comunidade (x)

JUSTIFICATIVA

Diagnóstico da Internação: _____ Fatores de Risco: _____
Início: ____/____/____ Término: ____/____/____

ANTIMICROBIANOS

Antibióticos	Início	2. dia	3. Dia	4.Dia	5. Dia	6.Dia	7.Dia	Suspensão
Ampicilina 1g								
Benzilpenicilina								
Cloranfenicol 1g								
Cefalotina 1g								
Ceftriaxona 1g								
Ciprofloxacino 400mg EV								
Gentamicina 40 mg IM/EV								
Gentamicina 80 mg IM/EV								
Lincomicina 600 mg IM/EV								
Levofloxacino 500 mg								
Metronidazol 500mg EV								
Oxacilina 500 mg								

CONTROLE DIÁRIO (FARMÁCIA)

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS) Termo de Cooperação 37/2006
OPAS/OMS e Portaria 2616/1996 do (MS) Ministério da Saúde/Brasil.

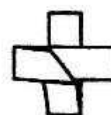
Médica Prescritor

Setor da Farmácia





Hospital Regional de Pícní "Felipe Tiago Gomes"



SUS

Sistema Único de Saúde

EVOLUÇÃO

Nome: José Albuquerque de Souza Silva Idade: 17 Reg.: 11.181

Serviço: Limpeza Diagnóstico: Local: 2001

Data	Evolução
	<p align="center">ARQUIV. DA OPORTUNIDADE</p>
	<p align="center"><i>[Signature]</i></p>
08/09/19	<p>Profunidade de antipter</p> <p>- 4º e 5º MTT e</p> <p>- FRAT. 2º PDE.</p> <p>CD: propylgac + Linpy</p> <p>Alfa.</p>
	<p align="right"> <i>[Signature]</i> Dr. Carlos Candido Filho Ortopedia - Cirurgia do Joelho CRM-PB 6948 - RPT 13125 </p>



34/02



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI
Rua Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo
CEP: 58.167-000 Fones: (83) 3371-2554 / 2590
Picui PB - CNPJ: 08.778.268/0001-00

Nº AIN _____
Nº de Ordem _____
Nº de Reg. 41.183
Nº do Docum. 4231266

ARQUIVO MÉDICO

Nome: Jose Rubensson de Souza Silva
Responsável: Wasmelik Pereira de Souza
Pai: _____
Mãe: Wasmelik Pereira de Souza
Prof: Legumista Data Nasc.: 23.12.96 Idade: 17
Endereço: Rua: Silius de Oliveira Souza Nº 229
Bairro: Antas Cidade: Picui Est. Civil: _____

PREENCHIMENTO MÉDICO

Diagnóstico definitivo: _____
Tratamento efetuado no hospital: _____
Exames realizados: _____
Internado em 07/09/14 Alta em 11/11/14 Óbito em 11/11/14
Arquivista: _____
Médico Assessor: _____



38/9

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA

COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 24/01/2017 12 horas 27 minutos

Processo: 0002682-38.2016.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 6750,00

Serie : 09

Autor : JOSE GILVANDERSON DE SOUZA SIL

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA

Promotor: LEONARDO QUINTANS COUTINHO



39/12

D A T A

Recebidos os presentes autos em
Cartório, nesta data.
Picuí – PB, 09 de fevereiro 2017.

Anderson Antonio Dias da Cunha – Auxiliar Judiciário

CERTIDÃO

Certifico que o presente feito foi distribuído em
24/01/2017, e **me foi entregue nessa data, o qual
autuei, numerei e rubriquei.** Dou fé
Picuí, **9 de fevereiro de 2017.**

Auxiliar Judiciário

CONCLUSÃO

Faço concluso nesta data ao MM. Juiz de
direito desta Comarca.
Picuí, **9 de fevereiro de 2017.**

Auxiliar Judiciário





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ
Vara Única

Processo nº 0002682-38.2016.815.0271

DESPACHO

Vistos, etc.

Indefiro o pedido de justiça gratuita, tendo em vista que a parte não comprova documentalmente sua hipossuficiência financeira nos autos, deixando de juntar prova de que é estudante, bem como que é beneficiário de programa social governamental para pessoas de baixa renda, tal como o bolsa família.

Intime-se o promovente para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar as custas judiciais, sob pena de cancelamento da distribuição.

Picuí, 21 de março de 2017.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito

DATA

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, ____/____/2017.

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI**

VARA ÚNICA DE PICUI

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002682-38.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE GILVANDERSON DE SOUZA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0002682-38.2016.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 27 de julho de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ**

VARA ÚNICA DE PICUÍ

Rua São Sebastião, S/N, Centro, Picuí/PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0002682-38.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE GILVANDERSON DE SOUZA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara Única, intimo Vossa Excelência do despacho retro, abaixo transcrito:

"Vistos, etc. Indefiro o pedido de justiça gratuita, tendo em vista que a parte não comprova documentalmente sua hipossuficiência financeira nos autos, deixando de juntar prova de que é estudante, bem como que de que é beneficiário de programa social governamental para pessoas de baixa renda, tal como o bolsa família. Intime-se o promovente para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar as custas judiciais, sob pena de cancelamento da distribuição."

Picuí/PB, 12 de março de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário



Segue petição em anexo.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.

PROCESSO Nº. 0002682-38.2016.815.0271

JOSE GILVANDERSON DE SOUZA SILVA, já devidamente qualificado nos Autos dessa Ação de Cobrança, Vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho proferido para o recolhimento das custas judiciais, **o autor requer, com fundamento no § 5º do art. 98 do CPC, requer a CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA DE FORMA PARCIAL e que lhe seja deferido uma redução de percentual de 80% (oitenta por cento) no montante das custas prévias, e, principalmente conforme a nova ferramenta disposta pelo TJPB que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas processuais. E pra corroborar o pedido supra, o autor requer a juntada do comprovante de pagamento das custas processuais com desconto aplicado.**

Por fim, como já recolhera as custas prévias, a autora, ao final, requer que seja determinada a citação da ré e a consequente tramitação normal dos autos.

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.

Picuí – PB, 15 de maio de 2020.

NILO TRIGUEIRO DANTAS

1



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com






TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS



OAB-PB 13.220.



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 027.9.20.00141/01
			Data de emissão: 12/05/2020
Nº do Processo: 0002682-38.2016.815.0271	Comarca: Picuí	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/05/2020
Número da guia: 027.2020.600141 Tipo da Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			UFR vigente: R\$ 51,78
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 103,56 Promovente: JOSE GILVANDERSON DE SOUZA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 20,25 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO - Despesas processuais postais: R\$ 3,11 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 635,96
			Desconto total: R\$ 507,69
866000000012 282709283182 520200531025 792000141012 			Valor final: R\$ 128,27

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 027.9.20.00141/01
			Data de emissão: 12/05/2020
Nº do Processo: 0002682-38.2016.815.0271	Comarca: Picuí	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/05/2020
Número da guia: 027.2020.600141 Tipo de Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			UFR vigente: R\$ 51,78
Promovente: JOSE GILVANDERSON DE SOUZA SILVA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento: - Despesas processuais postais: - Cartas			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 635,96
R\$ 3,11 R\$ 15,56			Desconto total: R\$ 507,69
			Valor final: R\$ 128,27



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ**

Juízo do(a) Vara Única de Picuí

Rua São Sebastião, S/N, CENTRO, PICUÍ - PB - CEP: 58187-000

Tel.: (83) 33712403; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

Nº do Processo: 0002682-38.2016.8.15.0271

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: JOSE GILVANDERSON DE SOUZA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos, etc.

1. Defiro o pedido de redução de 80% por cento do valor das custas, por aplicação analógica do art. 98, § 6º, do CPC

2. Cite-se o promovido para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

6. Apresentada a contestação, intime-se a parte autora à réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.

7. Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que o consórcio de seguradoras promovido nunca demonstra interesse em transigir antes de realizada a perícia médica, sendo, portanto, improvável a obtenção da conciliação entre as partes, bem como em função de não existir neste Juízo núcleo de mediação e/ou conciliação.

Cumpra-se independentemente de novo despacho.

Picuí, data e assinatura eletrônicas.



Anyfrancis Araújo da Silva

Juiz de Direito

